

**Saúde** Frente Nacional de Prefeitos vê desabastecimento generalizado

# País tem 81 cidades com risco de falta de oxigênio

Ana Conceição e Ana Paula Machado De São Paulo

As cenas do início do ano de pacientes morrendo sufocados em Manaus por falta de oxigênio hospitalar ameaçam agora se repetir em outras cidades do país. Levantamento preliminar feito pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) apontou que 81 municípios têm previsão de desabastecimento de oxigênio. Especialistas já vinham alertando que esse quadro de escassez poderia ocorrer.

A FNP enviou questionamentos a mais de dois mil municípios; 572 responderam. "A quantidade dos que responderam afirmativamente é muito significativa. Mostra que este não é mais um problema pontual", afirma Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP.

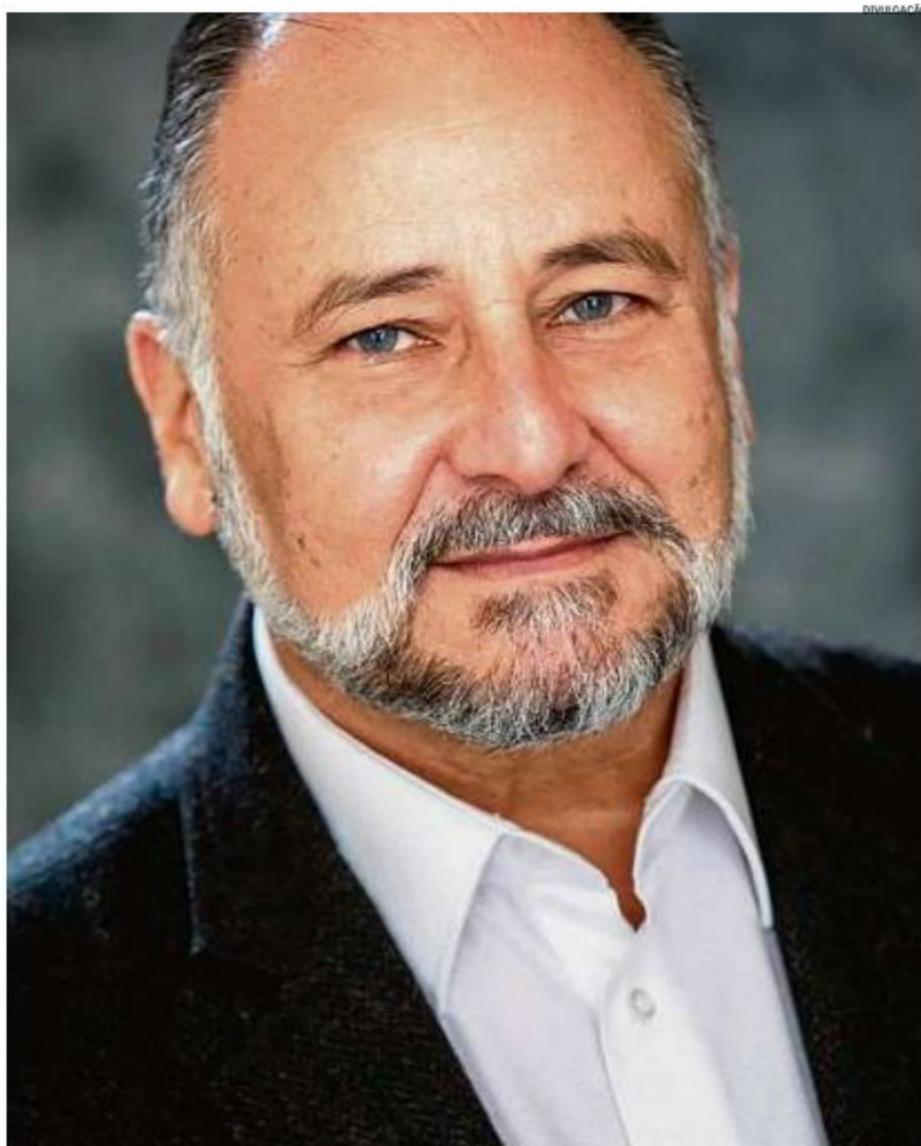
A maioria é composta de pequenas cidades, que utilizam basicamente oxigênio em cilindros, que tem uma logística mais complicada que o insumo oferecido em tanques, explica Perre. Em nota, o Ministério da Saúde disse que vai estimular a produção nacional e a importação de cilindros para atender a demanda crescente dos hospitais.

Os municípios em situação mais complicada estão espalhados pelo país, mas a região Norte tem se destacado. Ontem, a Procuradoria-Geral da República

(PGR) enviou ofício ao Ministério da Saúde para cobrar providências para que não falte oxigênio no Amapá. O órgão já havia adotado o mesmo procedimento em relação a Rondônia e Acre.

A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) diz que a gestão do fornecimento e produção de oxigênio medicinal deve ser centralizada pelo governo federal. De acordo com o presidente da entidade, Ciro Marino, a Abiquim entrou em contato com os ministérios da Saúde e Economia, além da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para a consolidação das informações. Dos cinco maiores produtores de gases industriais e medicinais, quatro são associados da entidade e todos enviaram informações sobre capacidade instalada, produção e demanda. "Sugerimos ao Ministério da Saúde a criação de uma plataforma com todas as informações e acesso direto de municípios e Estados, até para poderem trabalhar com um pouco de previsão. É o governo federal que tem condição de ver a situação de cada ente federado", disse Marino.

Segundo a White Martins, o consumo de oxigênio líquido medicinal dos clientes da companhia cresceu 56% no Brasil nas duas primeiras semanas de março em relação à primeira quinzena de dezembro de 2020. Por isso, a empresa implementou um plano de contingência com obje-



Ciro Marino: gestão do fornecimento e da produção de oxigênio medicinal tem que ser organizada e centralizada

tivo de reforçar suas operações e sua logística de distribuição em todo o país. Segundo a empresa, todas as unidades de produção no Brasil estão trabalhando 24 horas por dia. Na comparação entre dezembro de 2020 e março de 2021, a companhia aumentou a sua frota, que inclui carretas criogênicas, caminhões e isotanques, em 13,5% e o número de motoristas em 14%.

Médicos sanitários apontam que o forte aumento na demanda era previsível e que faltou coordenação entre os governos. "Todos foram muito avisados, pe-

los técnicos, de que essa situação aconteceria se não fossem tomadas as medidas de contenção da transmissão da covid-19", afirma Walter Cintra, professor da FGV-EAESP. Os sistemas de gestão de materiais e medicamentos, diz, certamente registraram a alta do consumo e o baixo nível dos estoques em relação à média histórica. "Nenhuma explicação, exceto o descaso, justifica a situação de falta de insumos", afirma o docente, para quem planos de contingência deveriam ter sido elaborados e colocados em prática.

Para o sanitário Adriano

Massuda, que já foi secretário da Saúde de Curitiba e atualmente é professor da EAESP-FGV e pesquisador da Harvard T.H. Chan School of Public Health, a situação era previsível, sim, mas a falta de medidas de controle sanitário, falha na coordenação da vacinação e a nova cepa do coronavírus levaram a um colapso simultâneo do sistema de saúde em várias regiões do país. "Numa situação como essa, o aumento lado da demanda por insumos torna o abastecimento extremamente complexo", afirma. (Colaborador Isadora Peron, de Brasília)

# Empresários tentam agir para conter crise

Talita Moreira e Mônica Scaramuzzo De São Paulo

Quando Marcelo Queiroga disse que faria um trabalho de continuidade ao ser convidado pelo presidente Jair Bolsonaro para assumir o Ministério da Saúde, o sinal de alerta acendeu de vez. Esse sentimento de urgência foi um catalisador de adesões dos setores produtivo e financeiro à carta elaborada por economistas com críticas à gestão da pandemia pelo governo.

As assinaturas trazem a público uma insatisfação que fermenta nos bastidores há meses entre empresários e banqueiros. Até então, poucos haviam exposto abertamente suas críticas à condução de uma crise sanitária e econômica que parece não ter fim.

"A carta revela a fragilidade do governo na condução da pandemia", afirma Pedro Passos, um dos acionistas da Natura. Para o empresário, que é um dos mais de 500 signatários do documento, o Congresso tem se fortalecido nas discussões e deveria co-

brar mais o governo federal nas ações sobre a crise.

Ao trazer nomes como os de Passos, dos banqueiros Roberto Setubal e Pedro Moreira Salles, copresidentes do conselho de administração do Itaú Unibanco, e do presidente do Credit Suisse, José Olympio Pereira, a carta ganhou peso. Por outro lado, engrossou as iniciativas de mobilização do setor privado diante do colapso da saúde e, por tabela, da economia.

"A sociedade precisa se mobilizar [diante da pandemia] para fazer a parte que lhe cabe, seja por meio de iniciativas próprias, seja influenciando as políticas públicas", afirma Fábio Barbosa, sócio-conselheiro da Gávea Investimentos e um dos mais de 500 signatários do documento. Mas ele faz a ressalva de que a carta é sobre economia e não política.

Esse é o tom. Em geral, mesmo após a divulgação do documento, são poucos os que centram suas críticas a Bolsonaro de forma pública. Uma fonte do setor financeiro diz que o empresário perdeu as esperanças de

ver um bom trabalho do governo e decidiu agir.

Não é só a má gestão da pandemia que incomoda. Nas palavras de um executivo do setor bancário, o país entrou numa "zona de perigo" com a alta da inflação e a desvalorização cambial. Ao mesmo tempo, afirma, o governo flerta com o risco fiscal porque "Bolsonaro terá que ser cada vez mais Bolsonaro" para recuperar sua popularidade.

Ainda assim, de acordo com uma das fontes, não se fala em impeachment — menos por apreço ao presidente do que pelo custo de uma ruptura no meio da pandemia. A saída, diz, é o setor privado fazer o que puder para empurrar o barco para a frente. "Vamos remar a favor", afirma.

Em outra iniciativa, executivos e empresários ligados ao Unipar pela Vacina, cujo objetivo é contribuir com a logística para ajudar no processo de imunização, se reuniram ontem para discutir como o setor privado pode ajudar o governo no período mais agudo da pandemia. "Entendemos que não é o mo-

mento de apontar o dedo. Temos de ajudar na influência e articulação a favor do país", afirma, Eduardo Sirotky Melzer, do grupo RBS e um dos sócios do fundo de private equity EB Capital. Ele tem sido um dos braços-direito da empresária Luiza Trajano. "Não vamos comprar vacina", reitera.

Outro movimento empresarial, o Convergência Brasil, tenta emplacar a agenda de reformas. O grupo, voltou a intensificar o corpo a corpo com parlamentares pela aprovação do Programa de Renda Mínima. Capitaneada por Elvaristo Amaral (ex-Santander), a frente defende a criação de uma contribuição complementar voltada à população mais pobre. Amaral defende que 30% da economia gerada com a reforma administrativa e dos recursos de privatizações sejam usados para bancar o programa.

Nos últimos dias, o grupo fez videoconferência com o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM) e deve agendar uma conversa com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Criado

no ano passado, o movimento tem apoio de empresários da indústria, como Jorge Gerda, e também de ex-ministros e técnicos do governo.

Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização do Ministério da Economia, tem ajudado Amaral a amarrar a agenda do grupo com a do governo. Segundo Uebel, a proposta pode ajudar a reduzir a resistência da sociedade civil e de partidos de esquerda às reformas. Para ele, a pauta tem um apelo social muito importante e pode gerar uma comoção a favor da emenda a ser apresentada à comissão que discutirá o conteúdo da reforma administrativa.

Uma das principais lideranças do agronegócio do país, Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura no governo Lula, também apoia o projeto. "É preciso fazer uma discussão mais ampla sobre esse tema", diz.

Apoiadores da iniciativa, contudo, não acreditam que será uma discussão fácil em Brasília, pois avaliam que Bolsonaro tem um viés mais estatizante.

# Deputado diz que entidades se queixam de imposto e de vacina

Raphael Di Cunto e Marta Watanabe De Brasília e São Paulo

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PL-AM), tem sido procurado por empresários preocupados com a demora na vacinação da população contra a covid-19 e as seguidas decisões da Câmara de Comércio Exterior (Camex), subordinada ao Ministério da Economia, de reduzir o imposto sobre importação de diversos produtos.

"A crise da saúde está sendo agravada, para a indústria nacional, por uma inconsequente, unilateral e imprevisível medida do governo federal de redução do imposto de importação", disse. "Há

preocupação com a reação lenta do governo com relação a vacinação, que atrasa a recuperação econômica, e no meio disso o governo ainda toma medidas para baratear a importação de produtos contra os fabricantes de Brasil. É a exportação de empregos", criticou.

Ramos afirmou que foi procurado por representantes das indústrias de máquinas e equipamentos (Abimaq), de bicicletas (Abraciclo), veículos automotores (Anfa-vea), produtos eletrônicos e de informática (Eletros e Abinee), PVC, pneus, entre outros, e pretende fazer um debate com eles na quinta-feira pela internet. "Estamos todos desesperados", afirmou.

São duas as medidas preparadas por esses setores. Um projeto

de lei, já apresentado pelo vice-presidente da Câmara e que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) neste momento, para que futuras reduções no imposto de importação sejam obrigatoriamente tomadas com "previsibilidade, reciprocidade e calibragem com o Custo Brasil".

A outra medida visa suspender as decisões da Camex de redução das alíquotas de importação de vários produtos. A taxa sobre bicicletas, por exemplo, caiu de 35% para 20%. Semana passada, o Ministério da Economia anunciou redução de 10% nas tarifas de importação de bens de capital, como máquinas, equipamentos e componentes de celulares e computadores. Segundo Ramos, o projeto de decreto le-

gislativo para suspender as reduções será apresentado nesta terça-feira, quando deve ser publicada diminuição na tarifa de importação de PVC. A partir daí o assunto será levado por ele para a reunião de líderes que ocorrerá na quinta-feira e também para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

José Jorge do Nascimento Júnior, presidente executivo da Eletros, que reúne indústrias de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, diz que há preocupação do setor em relação aos impactos da redução de alíquotas para bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BIT). A redução de alíquotas afeta principalmente itens como lavadoras de roupas acima de 10 quilos, ar condiciona-

do industrial e freezers.

Sobre a vacinação, diz ele, a entidade acredita que o governo federal tem buscado soluções e tem feito o "possível e o necessário" para enfrentar a pandemia.

José Velloso, presidente executivo da Abimaq, que reúne a indústria de máquinas, diz que levou ao deputado a preocupação em relação ao aumento das assimetrias causadas pela redução do imposto de importação anunciada na semana passada. A assimetria acontece, diz ele, porque houve a redução do imposto em máquinas e equipamentos, mas não nos insumos. Velloso ressalta que a redução atingiu vários setores, chegando a abarcar produção que corresponde a 12% de toda a indústria.

# Empresas atuam para suprir demanda

De São Paulo

Diante do risco de que a falta de oxigênio hospitalar comece a se tornar um problema ainda sério pelo país, empresas privadas estão se mobilizando para suprir a demanda num momento em que internações e mortes por covid-19 dispararam.

A cervejaria Ambev está transformando uma parte de sua fábrica da cerveja Colorado, em Ribeirão Preto (SP), para produzir e envasar oxigênio hospitalar suficiente para suprir a necessidade diária de até 166 pessoas. A iniciativa foi anunciada ontem pelo governo do Estado de São Paulo.

A Copagaz, especializada no engarrafamento e comercialização de botijões de gás, utilizará a sua frota de distribuição dos cilindros de oxigênio.

O vice-governador, Rodrigo Garcia (DEM) disse que a ajuda garante o abastecimento aos leitos de UTIs no Estado.

A Ambev disse que não vai se limitar a São Paulo e que a produção será destinada a unidades do sistema de saúde brasileiro que estejam com situação crítica de estoque de oxigênio.

A companhia informou que os equipamentos estão em processo de aquisição e a expectativa é que a produção comece em cerca de dez dias.

A usina terá capacidade para produzir 120 cilindros de 10 metros cúbicos por dia e será operada pelos funcionários da Ambev, que trabalharão em turnos para garantir a produção 24h por dia. O valor investido na aquisição dos equipamentos para produção de oxigênio para a saúde não foi divulgado.

Em Santa Catarina, a fundição Tupy também se prontificou a ajudar no fornecimento de oxigênio para hospitais.

A empresa consome 60 mil metros cúbicos de oxigênio por dia em sua fábrica de Joinville (SC) para produzir peças de ferro para a produção de automóveis e máquinas agrícolas.

O CEO Fernando de Rizzo disse que a produção está indo bem, pois as exportações estão crescendo, em especial para os EUA.

"Mas, se necessário, eu desligo o fornecimento para a Tupy e redireciono o oxigênio para o município", afirmou o executivo ontem ao Valor. Rizzo, que comanda uma companhia que faturou R\$ 4,2 bilhões no ano passado e que emprega 14 mil funcionários, disse que "o momento é delicado" e é preciso ajudar o setor público.

No fim de semana, ele esteve reunido com representantes da Secretaria da Saúde de Joinville, e decidiu emprestar 50 cilindros do estoque da Tupy para acondicionar oxigênio hospitalar.

Eles vão servir para abastecer unidades hospitalares de menor porte pois vão levar oxigênio em estado gasoso. Grandes hospitais costumam ter um sistema que transforma o oxigênio liquefeito, transportado em caminhões especiais, em gasoso. "Um paciente [com covid-19], quando precisa de oxigênio, consome 3 cilindros por dia. Nós estudamos isso e decidimos ajudar, disse Rizzo.

Joinville, segundo o executivo, não está sofrendo de falta de oferta de oxigênio, mas há dificuldade na distribuição, na logística. Por isso, a Tupy decidiu emprestar os cilindros.

A White Martins, que fornece oxigênio para os fornos da Tupy em uma unidade que funciona dentro da fundição, vai fazer a limpeza dos 50 cilindros.

Na região amazônica, uma iniciativa que está a cargo do movimento nacional UniãoBR, fez parceria com 20 empresas e entidades para viabilizar a compra de oito miniusinas de oxigênio e outras oito usinas de oxigênio.

Os equipamentos serão enviados para os hospitais públicos de 15 cidades do Amazonas. O total arrecadado para esta ação foi de R\$ 5,1 milhões. (Raquel Brandão, Cynthia Malta e Marília de Camargo César)